

Juventude e Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto:

entre a garantia de direitos e a judicialização

Pesquisa, Ensino e Extensão - ProExt/2015

Boletim
Set -2017

UM

Levantamento da Produção Teórico-Científica e Acadêmica sobre Adolescentes em medida socioeducativa em meio aberto

Coordenação: Irene Rizzini e Antonio Carlos de Oliveira (PUC-RIO). Apoio: PROEXT 2015 - MEC/SESu - Programa de Extensão Comunitária

Introdução e Metodologia do Levantamento Bibliográfico

O levantamento teve como foco a produção acadêmica sobre adolescentes (12 a 18 anos), sentenciados ao cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. O processo de pesquisa ocorreu no período entre março e agosto de 2017.

Primeira etapa: consulta às bases bibliográficas (março a maio de 2017)

Neste período, foram estabelecidas as diretrizes de condução da pesquisa bibliográfica [\[1\]](#), delimitando como descritores os seguintes termos e expressões:

- 1 – Judicialização
- 2 – Garantia de Direitos
- 3 – Adolescentes em Conflito com a Lei
- 4 – Medidas Socioeducativas em Meio Aberto
- 5 – Plano Individual de Atendimento

O universo a ser pesquisado integrou produções teórico-científicas e acadêmicas, abrangendo artigos em periódicos científicos,

assim como teses e dissertações elaboradas em programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado vinculados a instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação. A produção foi acessada por meio digital de acesso público (internet), tendo como marco temporal o período de 2006 a 2016. O marco temporal proposto tomou como ponto de partida o ano de 2006, considerando que este foi o ano de publicação da Resolução 119/2006 do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que instituiu o SINASE.

A busca digital foi iniciada por meio de sítios eletrônicos de referência para a temática-chave do projeto “adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto”. Entre eles, citamos a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Nacional de Justiça e a

[\[1\]](#) O levantamento bibliográfico foi inspirado em metodologia utilizada pela equipe do CIESPI/PUC-Rio, sob a coordenação da professora Irene Rizzini e pesquisa de Renata Mena Brasil do Couto.

Realização

Parceria

Apoio



DSS Departamento de Serviço Social



Juventude e Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto:

entre a garantia de direitos e a judicialização

Pesquisa, Ensino e Extensão -ProExt/2015

Boletim
Set -2017 **UM**



Escola Nacional de Socioeducação. Em seguida, adotamos como referência para pesquisa a base de dados do Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

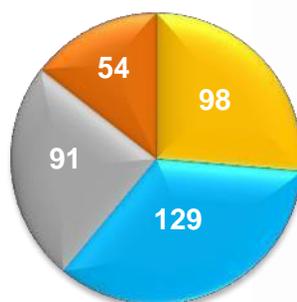
No processo de busca, constatamos a existência de um programa de pós-graduação denominado *Mestrado Profissional em Adolescentes em Conflito com a Lei*, vinculado à Universidade Anhanguera, o que nos levou à decisão de ampliar o escopo da pesquisa e incluir 60 outras dissertações de sua base de dados. No que se refere aos artigos, lançamos mão de uma terceira fonte de referência: a base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO). Diferentes bases apresentam recursos e desafios diversos no processo de busca, o que exige que as equipes de pesquisa assumam escolhas e tomem decisões a cada passo do processo de seleção da bibliografia.

Segunda etapa: sistematização e análise preliminar da produção (junho a agosto de 2017)

A partir dos descritores mencionados, partiu-se para o processo de identificação e sistematização da produção acadêmica.

Quanto a busca na base CAPES, considerando o número extenso de produções que contêm em seu título e conteúdo os descritores elencados, optamos pela utilização da forma cruzada de busca, conforme se pode visualizar a seguir:

Gráfico 1: Descritores e número de produções. Banco de Teses e Dissertações, CAPES.



- “medidas socioeducativas em meio aberto” + “garantia de direitos”
- “medidas socioeducativas em meio aberto” + “judicialização”
- “medidas socioeducativas em meio aberto” + “plano individual de atendimento”
- “medidas socioeducativas em meio aberto” + “adolescente em conflito com a lei”

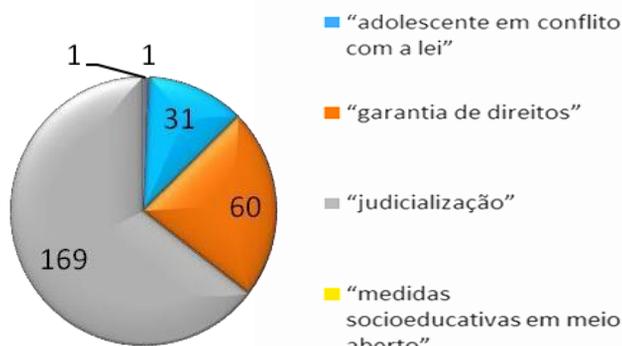
Quanto ao levantamento de artigos científicos na base de dados SciELO, sua especificidade e maior seletividade permitiu a busca por descritores em separado.

Juventude e Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto:

entre a garantia de direitos e a judicialização

Pesquisa, Ensino e Extensão -ProExt/2015

Gráfico 2: Descritores e número de produções. Base Scielo



* A maior parte das produções encontradas a partir desse descritor se refere a discussões em muito distantes do recorte conceitual da pesquisa, a saber: (a) judicialização da política (Poder Judiciário determinando decisões mais afeitas aos Poderes Legislativo e Executivo); (b) petições judiciais relativas à garantia de obtenção de medicamentos e acesso a tratamentos, no campo específico da saúde.

A partir do processo de seleção da produção alinhada ao foco da pesquisa, a etapa seguinte envolveu a utilização de fichas catalográficas com itens a serem preenchidos sobre a produção selecionada. Desse processo, participaram ativamente os estagiários de iniciação científica, sob orientação das consultoras do projeto. Os dados coletados foram posteriormente analisados e organizados em uma tabela, constando de: títulos e autores das obras, ano de publicação, região do Brasil e estado a que se vinculam, referência institucional dos autores (universidades), programas de pós-graduação e grandes áreas do conhecimento.

Ao final deste processo, foram selecionadas 87 produções (18 artigos e 69 dissertações e teses), como se pode ver no quadro abaixo.

Análise preliminar da produção levantada

Uma primeira constatação refere-se à concentração da produção mapeada. A maior parte dela, entre artigos, dissertações e teses, está

concentrada nas regiões sul e sudeste do país, seguida da região nordeste e regiões centro-oeste e norte. Todavia, é importante lembrar que o levantamento se refere à produção disponível em bases de dados bibliográficos ou bancos de dissertações e teses. Isso implica certamente em limitado acesso. No entanto, nos permite um panorama geral, ainda que incompleto, dos temas em foco na esfera acadêmica.

Gráfico 3: Produção acadêmica em números.



Juventude e Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto:

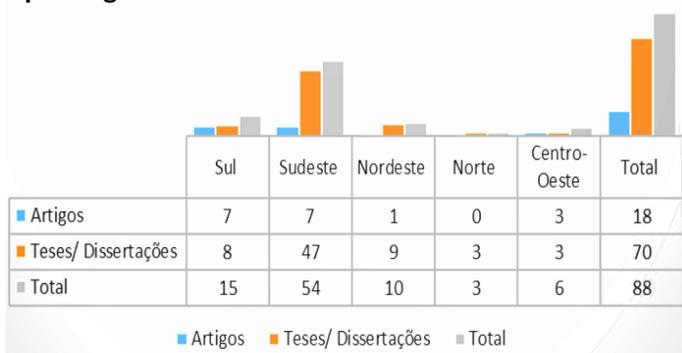
entre a garantia de direitos e a judicialização

Pesquisa, Ensino e Extensão -ProExt/2015

Boletim
Set -2017 **UM**

A partir do mapeamento realizado, observa-se o crescimento da produção a partir de 2010. Cabe ressaltar dois elementos que podem ter contribuído para o aumento do número de estudos sobre esta temática: o aprofundamento do processo de municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto, iniciado desde 2008; e a implementação oficial do Sistema Único de Assistência Social.

Produções Acadêmico-Científicas por Regiões do País



Quanto à vinculação institucional dos autores, há prevalência de universidades públicas em nível estadual e federal, mas também se destacam nesse contexto algumas universidades confessionais e privadas.

No que tange aos programas a que se relacionam, as produções estão mais concentradas nas áreas de psicologia, serviço social e educação. Também se destaca um programa de mestrado profissional denominado “Adolescente em Conflito com a Lei”, que confere produção expressiva para a área. A análise, ainda preliminar, desta produção mostra que muitos dos autores estão vinculados ao tema a partir de sua experiência profissional, sobretudo no caso das dissertações de mestrado. Os autores, em sua grande maioria, se apresentam como da judicialização.

profissionais com experiência na composição de equipes técnicas relacionadas ao atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e de suas famílias.

Observa-se um outro dado interessante que transversaliza as produções. De forma considerável, as dissertações e teses têm como foco a análise da política pública, destacando a preocupação quanto à execução das medidas socioeducativas em meio aberto, a partir do viés da municipalização, da descentralização e da gestão em âmbito local. Ainda nesse tópico, mas para além da questão da municipalização, alguns artigos destacam a preocupação com o aspecto da garantia de direitos inscritos nas perspectivas interdisciplinar e intersetorial e na potencialidade da rede de atendimento, revelando o caráter desafiador do acompanhamento nessa perspectiva.

Essa análise no âmbito municipal revela outro dado de interesse evidenciado nas produções: a referência aos temas da família e da escola. A disposição destes temas indica esses dois espaços de sociabilidade como instâncias protetivas no âmbito do cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto, em especial a família entendida como principal responsável pelo acompanhamento do adolescente e sua adesão ao cumprimento da medida.

Em se tratando especificamente da escola, algumas publicações destacam seu lugar no âmbito da garantia de direitos, sobretudo no que se refere aos processos de evasão/reinserção no sistema educacional. Destacam-se igualmente nestas produções as dificuldades encontradas na relação dos adolescentes com o contexto escolar por motivos diversos, mas preponderantemente pelo estigma de “ser adolescente autor de ato infracional”.



Juventude e Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto:

entre a garantia de direitos e a judicialização

Pesquisa, Ensino e Extensão -ProExt/2015

Boletim
Set -2017 **UM**

Os artigos abordam análises mais amplas que compreendem a política pública, a relação com a família e a escola, mas igualmente os processos de subjetivação inscritos no contexto da autoria do ato infracional e no cumprimento das medidas socioeducativas, abarcando também o campo do trabalho profissional.

Outro ponto interessante que identificamos foi o esforço, na produção em análise, em não homogeneizar a terminologia e as categorias utilizadas para designar o grupo em foco nas análises. As referências dispostas transitam entre as categorias adolescente e jovem, autor de ato infracional e em conflito com a lei.

Uma das tendências mais marcantes que observamos na análise da produção aponta para a perspectiva de proteção, voltada à garantia de direitos dos adolescentes e de suas famílias. Ainda assim, é possível verificar a coexistência de conteúdos que remetem a persistências históricas, no sentido da judicialização.

A análise vem confirmando também um dado evidenciado, desde a fase do mapeamento, acerca dos levantamentos produzidos pelos órgãos gestores do atendimento socioeducativo no Brasil:

a quase total ausência de produções que se debrucem sobre as dimensões de gênero e raça/etnia, bem como os aspectos da saúde mental de adolescentes atendidos e sua família. A lacuna em relação a estudos sobre estes temas ajuda a ocultar alguns processos inscritos no contexto da prática do ato infracional, vinculada em maior medida a adolescentes do sexo masculino, mas guardando diversas especificidades no que tange ao feminino, podendo contribuir para a invisibilização desse segmento na execução da política de atendimento socioeducativo no Brasil. Consideramos que o debate se faz necessário e urgente, para a compreensão de como os processos de desproteção e vulnerabilização social, para além da questão de classe, também se assentam sobre a origem e a cor da pele de adolescentes.

Por fim, um outro aspecto que gostaríamos de destacar é a enorme lacuna no que se refere a estudos sobre a conclusão do processo de cumprimento das medidas, ou seja, sobre os adolescentes egressos do sistema socioeducativo. Não há sequer referência, nas obras consultadas, à necessidade e à importância da continuidade do atendimento ou sobre as instâncias a serem mobilizadas para tal.

Expediente

Equipe pesquisa PUC-Rio, Departamento de Serviço Social:

Coordenação: Irene Rizzini e Antonio Carlos de Oliveira

Pesquisa e consultoria: Sindely Alchorne, Sabrina Celestino e Luciana Araujo

Estágio/Iniciação Científica: Ana Gabriela de Paiva Gonçalves, Claudia Cristina Ferreira de Freitas, Ivanize Souza Mota de Oliveira, Márcia de Albuquerque Soares, Mônica Regina de Almeida Figueiredo, Pedrilson de Souza Magalhães.

Parceria PUC/SP:

Coordenação: Aldaiza Sposati. Núcleos de Estudos e Pesquisas da Criança e do Adolescente-NCA e da Seguridade e Assistência Social-NEPSAS do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCSP.

Layout/diagramação : Sheila Nogueira